



Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale

Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012



Índice

- 3 Materialidade
- 4 Perfil
- 5 Política de desenvolvimento Insustentável

Itens da Materialidade

- 6  Comunidade
- 7  Mudanças Climáticas
- 8  Energia
- 9  Água
- 10  Saúde e Segurança
- 11  Emissões
- 12  Resíduos
- 13  Gestão de Talentos
- 14  Desenvolvimento de Fornecedores
- 15  Uso da Terra

MATERIALIDADE

A Vale S.A. se orgulha de ser a segunda maior mineradora do mundo e uma das 25 maiores companhias do setor privado negociadas no mundo. Presente em 38 países dos cinco continentes, a Vale se tornou uma corporação de proporções gigantescas e lucros exorbitantes. É frequentemente citada no mundo dos negócios como exemplo de empresa de sucesso, moderna, arrojada, agressiva, poderosa.

No entanto, a reboque de sua atuação, a Vale se tornou uma empresa símbolo de violentos impactos socioambientais, desrespeito a leis trabalhistas e violações de direitos humanos. Denunciada e cobrada por moradores de comunidades atingidas, movimentos sociais e representações sindicais, a empresa se acostumou a dar respostas insatisfatórias, isentando-se de suas responsabilidades e se utilizando de artifícios jurídicos, econômicos e políticos para esquivar-se das exigências e demandas de grupos atingidos por seus empreendimentos.

A recorrência e o grave teor das denúncias, o não cumprimento de medidas reparatórias efetivas, a falta de diálogo e a postura arrogante colocam a imagem da corporação em risco, o que em alguns casos pode afetar seus altos lucros. Para lidar com esta ameaça, a Vale opta pela saída mais fácil e mais lucrativa: o investimento maciço em ações de propaganda, publicidade e *marketing*.

A Vale investe – em troca de incentivos fiscais e com a leniência de governos e órgãos públicos – na realização de ações de “filantropia estratégica”, isto é, ações simpáticas ao público, que possibilitam maior visibilidade da companhia nos grandes centros e para determinado setor da sociedade. São exemplos os projetos sociais para formar atletas para as Olimpíadas, a realização de festivais e prêmios de música brasileira, ou até mesmo uma nova iluminação para a estátua do Cristo Redentor. Na força de suas milionárias campanhas, a Vale se pinta de verde e amarelo e imprime uma imagem de

Valores da Vale na visão dos Atingidos

- Os lucros em primeiro lugar
- Extrair o máximo dos recursos naturais, com os menores custos possíveis
- Derrotar a qualquer custo entraves às operações: meio ambiente, legislações trabalhistas e direitos humanos
- Privatizar os ganhos, socializar os prejuízos
- Expandir mercados
- Sua principal arma: o poder econômico e político

responsabilidade socioambiental e de compromisso com o “desenvolvimento sustentável” do país. No roteiro, obviamente, as vozes que questionam a Vale são asfixiadas.

A realidade de trabalhadores e comunidades atingidas pela Vale mostra, entretanto, uma empresa gananciosa que atua sob uma lógica de capital privado¹, acumulando e distribuindo lucros estratosféricos a seus principais grupos acionistas à custa da expropriação de recursos naturais, florestas e fontes de água, e da exploração de trabalhadores e comunidades ao redor do mundo. Uma empresa que relativiza os sérios problemas de saúde, de moradia, de falta de água e de acesso à terra, decorrentes de suas operações; que menospreza formas tradicionais de vida em comunidade e a convivência harmoniosa com o meio ambiente; que ignora condições dignas, seguras e respeitadas de trabalho.

Uma empresa, portanto, que não tem nada a ver com aquele lindo quadro mostrado nas campanhas publicitárias.

O Relatório Anual de Sustentabilidade da Vale

A Vale participa do *Global Reporting Initiative* e publica anualmente seu 'Relatório de Sustentabilidade' com o objetivo de mostrar alinhamento com os princípios internacionais de responsabilidade social e ambiental, dos quais é signatária, a saber, o Pacto Global da ONU e o Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM). Além disso, ela ingressou, no último ano, no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa. É em resposta esses indicadores que mostramos o outro lado da história ocultada pela empresa.

Desde 2010, a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale vem compartilhando experiências e formulando estratégias de ação coletivas frente ao poder público e à própria empresa em defesa do meio ambiente, dos trabalhadores e das comunidades atingidas. Este **Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012** resulta do acúmulo de experiências, relatos, denúncias e estudos que, através de alguns casos emblemáticos, mostram impactos socioambientais e as irregularidades cometidas nas suas operações. O documento é um trabalho coletivo que dá voz àqueles que são diretamente atingidos pela Vale.

¹ Em abril de 1997 a Vale do Rio Doce foi vendida pelo governo Fernando Henrique Cardoso por apenas US\$ 3,4 bilhões, com financiamento subsidiado disponibilizado pelo BNDES. Foram subestimados ou mesmo não contabilizados ativos como portos, ferrovias, frota de navios, produção de alumínio e ouro, florestas replantadas, além de reservas comprovadas de recursos minerais no subsolo. Antes da privatização, a Vale reduziu a avaliação de reservas minerais em 32%, porém não vendeu nenhuma mina. Nos anos seguintes à privatização, o valor da empresa se multiplicou por sete. Hoje há mais de 100 ações populares com a finalidade de anular o processo. O consórcio controlador da Vale é o Valepar (Bradesco, BNDESPar, Previ e a japonesa Mitsui). Grupos de capital estrangeiro compõem o restante de seus acionistas. A União possui *golden shares*, ações preferenciais com direito a veto em decisões críticas.

PERFIL

As atividades da Vale são realizadas a partir de uma cadeia integrada que liga minas e siderúrgicas a ferrovias, ferrovias a portos, e portos a navegação. Cada etapa desse processo tem enormes impactos sociais e ambientais que precisam ser analisados de forma integrada e articulada.

O lucro da Vale aumenta a cada ano. Em 2010, ela registrou uma receita operacional de US\$ 46,5 bilhões e lucro operacional líquido de US\$ 21,7 bilhões. Em 2011, foram cerca de US\$ 62 bilhões de receita e US\$ 22,23 bilhões de lucro líquido.

A despeito desses imensos lucros, a empresa só empregou, em 2010, US\$ 1 bilhão em atividades de responsabilidade social corporativa. Contudo, a maior parte desse montante foi empregada em atividades de maquiagem verde e propaganda, em detrimento à reparação dos danos causados às comunidades onde atua e aos seus trabalhadores pelas suas atividades e práticas empresariais.

Síntese de impactos sócio-ambientais da Vale em 2010

Indicador	Quantitativo
Mortes de trabalhadores em acidentes	11
Acidentes graves nas ferrovias com mortes ou lesões graves	124
Mortes/lesões graves por acidentes nas ferrovias (EFC, EFVM, MRS e FCA)	175
Resíduos minerometalúrgicos gerados	726 milhões de toneladas
Emissão de CO ₂ (diretas)	18,7 milhões de toneladas de COeq
Emissão de CO ₂ (indiretas)	71,14 milhões de toneladas de COeq
Água captada da natureza	294 milhões de m ³
Efluentes líquidos gerados	76,1 milhões de m ³
Emissão de poluentes (NO _x , SO ₂ e MP)	519,6 mil toneladas
Resíduos gerados	446 mil toneladas
Área impactada no ano	30,56 km ²
Área de floresta amazônica impactada no ano	18,26 km ²
Total de áreas impactadas	741,8 km ²

Em 2012, a Vale foi escolhida a *pior* corporação do mundo no **Public Eye Awards**, conhecido como o “Nobel” da vergonha corporativa mundial. O Public Eye é concedido por voto popular em função de problemas ambientais, sociais e trabalhistas, e entregue durante o Fórum Econômico Mundial, na cidade suíça de Davos. Participaram da votação 88 mil pessoas ao redor do mundo. A Vale “conseguiu”, ficar à frente da japonesa TEPCO, responsável pelos graves acidentes nucleares de Fukushima, em 2011.



Cartaz Vale: a pior empresa do mundo 2012

De acordo com investigações do Ministério Público e do IBAMA a Vale tem mantido relações comerciais com usinas siderúrgicas produtoras de ferro-gusa que usam carvão vegetal obtido de forma ilegal e estão envolvidas em casos de trabalho escravo e infantil. A Vale fornece matéria-prima e infraestrutura para o escoamento e a exportação da produção dessas empresas.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INSUSTENTÁVEL

A VALE AFIRMA que atua com responsabilidade socioeconômica e ambiental nos territórios, deixando um legado positivo, em acordo com termos globais de sustentabilidade.

A realidade se mostra bem diferente

Em muitos casos, as áreas onde são descobertas jazidas minerais são áreas de preservação permanente (APPs), com florestas nativas e mananciais de água. Unidades de conservação, que deveriam ser protegidas, são transformadas pela Vale em milhões de toneladas de minério para serem exportadas. O projeto Carajás Serra Sul, por exemplo, fica dentro da Floresta Nacional de Carajás. O mesmo acontece no projeto Salobo, também no Pará, que já poluiu os igarapés Cinzento e Salobo, o rio Itacaiunas, e desmatou mais de 300 castanheiras. Em diversas ocasiões a Vale foi autuada por órgãos ambientais. No entanto, o detalhamento dessas autuações é sonegado ao público.

Esses fatores ambientais, ao contrário do que a Vale afirma em seu discurso, são tratados como entraves e obstáculos que precisam ser removidos com rapidez para que os lucros não sejam afetados. Os *royalties* pagos no Brasil pela mineradora são dos mais baixos do mundo e a cadeia mineradora da Vale não parece deixar benefícios para municípios e regiões, mas sim devastação e poluição. Na cidade mineira de Itabira, berço da Vale, a população denuncia que os danos ambientais e sociais causados pelas operações da empresa já causaram prejuízos da ordem de US\$ 868 milhões ao município.

O imenso poder econômico e político da Vale a coloca, muitas vezes, como um gigante econômico e político diante de pequenas cidades, regiões e até mesmo países. Ela é capaz de exercer pressão e influência junto a governos locais, obtendo facilidades (isenções fiscais, financiamentos, cessão de terrenos) e favorecendo seus interesses com a flexibilização das legislações ambientais e trabalhistas. No Brasil, o próprio BNDES chegou a mudar seu estatuto em 2007, de modo a aprovar financiamentos a empreendimentos da Vale.

Licenciamento ambiental é considerado um “entrave” para a Vale avançar seus projetos

Operador Insustentável

Valor é lucro para os *Shareholders* (acionistas privados).

Atitude arrogante, falhas são constantemente omitidas.

Legislação frequentemente ignorada e desrespeitada, por vezes mudada de modo a atender seus interesses.

Organização e disciplina imposta aos trabalhadores de forma autoritária.

Respeito e ética em segundo plano na hora de viabilizar negócios com suborno e intimidação de líderes comunitários, sindicais e atores públicos.

Catalisador de Destruição Local

Licenças prévias que viabilizam o início de empreendimentos poluentes.

Ordenação para a destruição da natureza e de formas locais de vida e de trabalho.

Comunicação com o mercado internacional, mas imposição autoritária de empreendimentos sobre as comunidades locais.

Alianças estratégicas com governos locais, exercendo influência excessiva e perigosa sobre eles.

Legado de destruição, passivos ambientais, contaminação, doenças e terras improdutivas.

Agente Global de Exploração

Garantias sobre emprego e desenvolvimento não são cumpridas.

Lideranças locais são persuadidas e cooptadas, minando a resistência.

Observação de tendências de mercado, negligenciando o direito das populações de decidirem sobre seu futuro.

Boas práticas são usadas como *marketing*, mas não respondem à dura realidade de trabalhadores e comunidades atingidas.

Atuação local visa ampliar a acumulação global, ignorando os direitos do povo.

Legado de dívidas públicas e inviabilização de outras atividades econômicas em cidades e regiões dependentes da mineração.



A VALE ALEGA contribuir para a melhoria das condições de vida das populações, com altos investimentos de seus recursos para “gerar oportunidades para as regiões”.

Mas não é isso que vivenciam as comunidades atingidas pela Vale

Em Moçambique, por exemplo, os mega-projetos de mineração de Moma e Moatize resultaram na remoção de cerca de 760 famílias camponesas das suas comunidades, como forma de possibilitar a abertura de minas de carvão, entre 2009 e 2010. A empresa dividiu as famílias entre rurais e semi-urbanas, usando critérios diferenciados para os reassentamentos. As famílias consideradas ‘rurais’ foram realocadas a cerca de 45 km da sua comunidade de origem e a 75 km da cidade de Tete.

No Espírito Santo, o projeto da Companhia Siderúrgica do Ubu (CSU) pretende ocupar as terras da comunidade de Chapada do A, em Anchieta. Apesar de a licença ambiental impor à empresa o dever de respeitar a opção dos moradores de permanecer no local, a Vale tem feito uma forte pressão para que eles vendam suas propriedades. Em fevereiro de 2011, a comunidade informou oficialmente à FUNAI sobre seu auto-reconhecimento como povo indígena tupiniquim e aguarda a demarcação oficial de suas terras.

No Pará, a Estrada de Ferro Carajás (EFC), da Vale, corta 94 localidades. O intenso fluxo de pessoas das comunidades vizinhas à ferrovia e a ausência de mecanismos de proteção

e sinalização fazem com que, em média, uma pessoa morra a cada mês por atropelamento pelos trens operados pela Vale. Somente em 2007 foram contabilizadas 23 mortes. Em 2008, foram nove vítimas fatais.

Além dos atropelamentos, 16 comunidades são impactadas por trepidação e rachaduras nas casas, poluição sonora, danos às estradas vicinais, interdição de roças, aumento da prostituição e vulnerabilidade social, além de remoções compulsórias de famílias ou apropriação de parcela de seus lotes. No novo projeto de duplicação da ferrovia, a Vale prevê a remoção de 1.168 “pontos de interferência”: cercas, casas, quintais, plantações e povoados inteiros.

No Rio de Janeiro, a população que vive no entorno da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), uma *joint venture* da Vale com a Thyssen Krupp, chama o empreendimento de “FLAGELO TKCSA”. A comunidade sofre com o aumento de 600% de particulados de ferro no ar da região, conforme constatou o Ministério Público do Rio de Janeiro, que denunciou a empresa e dois de seus diretores por crimes ambientais¹. De acordo com relatório produzido pela FIOCRUZ, problemas respiratórios e dermatológicos relacionados à poluição são os mais frequentes desde sua inauguração em 2010². Para piorar, o desvio de um rio vem causando sérias enchentes em um dos conjuntos habitacionais da região, resultando na perda de móveis e bens pelos moradores. Até hoje, no entanto, não foi paga nenhuma compensação aos atingidos pelos danos causados.

1 <http://goo.gl/i3ru6>

2 <http://goo.gl/9mhcp>

Casas tipo “caixotes” fornecidas pela Vale em Moçambique hoje apresentam rachaduras nas paredes e infiltração de água.
Crédito: Mauro Pinto



“Estamos a sofrer. A Vale veio agravar a nossa pobreza. Em nossa região vendíamos lenha e carvão. Vendíamos os nossos produtos alimentares. Aqui no reassentamento, só estamos nós, os desempregados e pobres, sem acesso ao mercado e sem fontes de renda.”

Morador reassentado de Moçambique

Princípios desrespeitados

“As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.”

“Assegurar-se de que não participa de violações a esses direitos.”
Pacto Global



A VALE DIZ que pauta sua atuação no compromisso com o enfrentamento dos desafios associados ao processo de mudanças climáticas, e ressalta sua participação em programas de disseminação de informações sobre emissões e em fóruns de discussão sobre a temática.

Mas dados oficiais registram entre 2009 e 2010 um aumento de 70% nas emissões da Vale¹

São dados disponíveis no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro *GHG Protocol*, que agrega o conjunto de inventários de emissões das empresas. É importante entender que as emissões de Escopo 1 são diretas, produzidas por fontes que pertencem ou são controladas pela empresa. As de Escopo 2 são indiretas, provenientes da aquisição de energia elétrica pela empresa. As de Escopo 3 são outras emissões indiretas, liberadas de fontes de propriedade ou controladas por terceiros, como fornecedores e consumidores. Ainda que somente as emissões de escopo 1 e 2 sejam de responsabilidade direta da empresa, é importante observarmos as emissões de escopo 3, já que são derivadas das operações da empresa. Em muitos casos, a empresa pode optar por terceirizar atividades poluentes com o objetivo de apresentar reduções nos seus inventários de emissões, ao mesmo tempo em que não implementa nenhum esforço para alterar processos produtivos que pudessem efetivamente reduzir as emissões derivadas daquela atividade. O quadro abaixo mostra que, se considerarmos as emissões do Escopo 3, o aumento nas emissões, que era de 70% entre 2009 e 2010, salta para quase 12.000%.

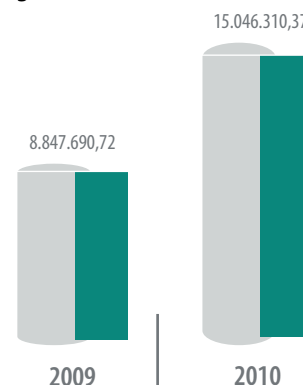
¹ <http://goo.gl/P7Pvd>

Emissões da Vale segundo o Inventário Nacional (tCO₂e)

Emissões por Escopo	2009	2010	Varição
Escopo 1	8.541.860,06	14.205.594,40	66,31%
Escopo 2	305.830,66	840.715,97	174,90%
Emissões diretas (escopo 1+2)	8.847.690,72	15.046.310,37	70,06%
Escopo 3*	590.090,17	71.144.087,41	11.956,48%

* Responsabilidade indireta.
Fonte: Registro Público de Emissões

Emissões da Vale segundo o Inventário Nacional (tCO₂e)



Fonte: Registro Público de Emissões

Princípio desrespeitado

“Buscar a melhoria contínua de nosso desempenho ambiental”
ICMM

A “pegada ecológica” da Vale atinge proporções gigantescas e deixa marcas profundas e irreversíveis



Produção de madeira para produção de carvão vegetal para atividades da Vale.
Crédito: Philippe Revelli



A VALE AFIRMA que 32% da energia elétrica consumida em suas operações foram geradas por fontes próprias, e que parte dessas fontes provém de usinas hidrelétricas. De fato, a Vale é proprietária direta de 15 usinas no Brasil.

Entretanto, a Vale consome energia provinda de usinas hidrelétricas estatais de forma subsidiada, enquanto parte da energia gerada em suas usinas é revendida para a população com preços mais altos.

Energia para quê? Para quem?

Estima-se que a Vale consuma 4 % da energia de todo o Brasil. É comum no Brasil que a energia elétrica penalize o povo com tarifas altíssimas e privilegie grandes empresas, que recebem energia com tarifas até 80% mais baratas do que as pagas pelo resto da população.

Por não indenizar as populações atingidas por suas usinas, e por usufruir de subsídios que obrigam o povo brasileiro a pagar a quinta tarifa de energia mais cara do mundo, a Vale tem uma dívida histórica com as comunidades atingidas por barragens e com todo o povo brasileiro.

“Os estudos de caso permitiram concluir que o padrão vigente de implementação de barragens tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual ¹.”

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em seu relatório ² de 2010 sobre barragens

¹ <http://goo.gl/d80jF>

² <http://goo.gl/JZlKd>

Princípio desrespeitado

“Defender direitos humanos fundamentais e respeitar culturas, costumes e valores nas negociações com funcionários e outros que sigam afetados por nossas atividades.”

ICMM



Manifestação popular contra Belo Monte.
Crédito: João Zinclar

Belo Monte

Dona de 9% das ações de Belo Monte, a Vale é a maior acionista privada do Consórcio Norte Energia, responsável pela construção da usina no rio Xingu, Pará. Obra mais cara do Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, Belo Monte custará cerca de R\$ 30 bilhões e vem acumulando um dos maiores passivos sociais, ambientais e jurídicos das obras de infraestrutura em curso no país.

Belo Monte vai resultar em enormes danos ao frágil ecossistema do Xingu, um dos principais rios da Amazônia. No trecho da Volta Grande do Xingu, a água será desviada para o reservatório, praticamente secando 100 km de rio. Cerca de 40 mil pessoas da macroregião de Altamira serão diretamente atingidas, dentre as quais três comunidades indígenas de várias etnias, moradores da cidade e ribeirinhos que vivem às margens do Xingu. A população indígena atingida não foi previamente consultada sobre o projeto, conforme exige a Constituição Federal e a Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário.

Vetor de sérios impactos ambientais e sociais, Belo Monte também não se justifica nem energética, nem economicamente. Devido ao longo período de seca do Xingu, a usina vai produzir apenas 39% da sua capacidade de geração de energia, um aproveitamento extremamente baixo. Já economicamente, a energia de Belo Monte será muito cara devido aos custos de produção e distribuição. Bancos já calcularam que o empreendimento teria um Valor Presente Líquido (VPL) de R\$ 7 bilhões de prejuízo para os sócios do empreendimento.



PARA A VALE, a água é um ativo de seus empreendimentos que permite gerar mais lucro.

Para os atingidos pela Vale, a água é um bem comum da humanidade necessário à vida

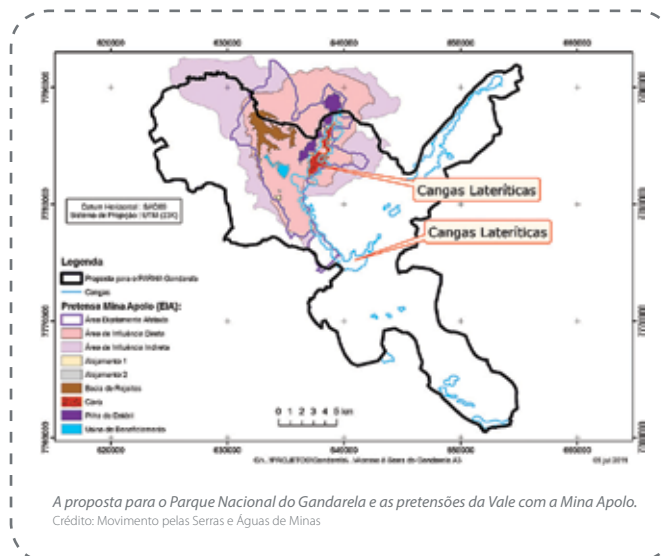
No Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, estão mais de 95% dos aquíferos que abastecem Belo Horizonte e várias cidades nas bacias dos rios Paraopeba, das Velhas e Piracicaba. Estima-se que 80% destas águas são armazenadas e naturalmente processadas na formação Cauê, identificada pelo predomínio dos itabiritos e hematitas (minério de ferro).

Na região metropolitana de Belo Horizonte, a Vale quer implantar o projeto Apolo na Serra do Gandarela, última área com os mais expressivos e preservados conjuntos naturais do Quadrilátero Ferrífero. No Gandarela a formação Cauê e a condição natural deste ciclo hidrológico permanecem praticamente intactas. Os córregos que aí nascem alimentam as maiores áreas de Mata Atlântica e campos rupestres sobre cangas ferruginosas da região central de Minas Gerais. Os aquíferos do Gandarela representam uma reserva estratégica para o abastecimento presente e futuro da região mais populosa de Minas Gerais. O valor ambiental desta área motivou a proposta do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) de criação de um parque nacional para protegê-la. Apesar da relevância ambiental e científica da região, a Vale continua exercendo pressão para conseguir licenciar seu empreendimento.

Em Mendoza, na Argentina, a Vale opera o projeto de potássio Rio Colorado para a produção de fertilizantes. A atuação da empresa atinge uma bacia hidrográfica onde vivem aproximadamente 25 mil habitantes, e ameaça destruir parte considerável da fauna e da flora locais. Um dos principais fornecedores de água argentinos, o Rio Colorado, que corta quatro diferentes províncias, corre risco de salinizar. A região de Mendoza é responsável por 80% do vinho produzido na Argentina, e uma referência para o turismo internacional no país. O festival de colheita das uvas em 2011 foi palco de protestos da população local contra a mineração e a contaminação das águas na região.

Os empreendimentos da Vale também têm grandes impactos sobre a comunidade pesqueira e costas marítimas, como são os casos de Pecém (CE) e de Anchieta (ES). No Rio de Janeiro, a TKCSA iniciou as atividades de dragagem na Baía de Sepetiba para a instalação de um porto, revolvendo o fundo já contaminado e provocando a circulação de metais como cádmio, chumbo e zinco. Além disso, o aumento da circulação

de grandes navios criou áreas de exclusão da pesca, atingindo pescadores artesanais que foram impedidos de transitar e, portanto, de manter sua subsistência.



Princípios desrespeitados

“As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.”

“Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.”

Pacto Global





A VALE AFIRMA que vem investindo em saúde e segurança de seus trabalhadores.

Mas a empresa, além de reduzir investimentos, não aplica em sua plenitude a norma regulamentadora 22 (NR22), que se ocupa da segurança e saúde ocupacional na mineração

Como consequência, a Vale torna o trabalho em suas áreas operacionais perigoso à saúde do trabalhador. A poeira, o ritmo de trabalho intenso, as metas inatingíveis e o assédio moral são os maiores problemas que afetam a saúde dos trabalhadores nas áreas operacionais da Vale. São comuns os relatos de doenças psíquicas associadas ao trabalho na Vale. A empresa possui uma política de segurança vinculada ao pagamento da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), que por vezes incentiva os trabalhadores a ocultarem acidentes e doenças.

Princípios desrespeitados

"Buscar a melhoria contínua de nossa saúde e o desempenho em segurança."

"Implementar e manter práticas éticas e manter práticas comerciais éticas sólidas de segurança corporativa."

ICMM

"Outro companheiro morreu na mina por causa da queda de uma pedra. Estou muito triste pela família deste homem, que eu conhecia. Estou muito indignado, sabendo que tudo isso é em nome do lucro, por não colocarem a segurança em primeiro lugar. Isso tudo é essa nova "produção segura" da Vale e a intenção da empresa de saltar a produção em um terço, junto com mudanças no sistema de incentivos. Essas coisas levam um minerador a correr atrás e trabalhar mais horas para ser pago, fazendo as coisas do jeito mais rápido em geral. Lembro um daqueles caras da Vale que disse que as leis no Canadá custam muito dinheiro. Assim eles tratam seus funcionários no Canadá, Brasil e todo lugar. As coisas precisam mudar."

Minerador da Vale no Canadá

Mortes no Canadá

No ano de 2012, na unidade de Sudbury, a produção em cinco minas foi suspensa no dia 30 de janeiro após duas mortes de trabalhadores por acidente em menos de oito meses. As mortes foram causadas pelo soterramento dos mineiros por uma torrente de lama e material úmido que inundou o túnel no qual trabalhavam. O sindicato United Steelworkers (USW), do Canadá, realizou uma investigação que concluiu que a Vale vinha ignorando problemas de inundação nas minas.

Desrespeito aos trabalhadores no Paraná

A Vale assumiu há dois anos uma planta petroquímica produtora de fertilizantes na cidade de Araucária, no Paraná. Desde então as relações com os trabalhadores e o sindicato têm sido extremamente tensas. A Vale vem tentando sistematicamente reduzir os direitos dos trabalhadores, que estão sem Acordo Coletivo de Trabalho.

Diante da resistência dos trabalhadores, a empresa passou a ameaçá-los diretamente com a demissão de um trabalhador, advertências a outros três, a suspensão das licenças e deslocamento dos diretores deste sindicato para outras áreas, com o objetivo de atralhar a organização sindical.

Horas roubadas dos trabalhadores

Em março de 2010, a Vara do Trabalho de Parauapebas, no Pará, condenou a Vale a pagar R\$ 100 milhões por danos morais coletivos e mais R\$ 200 milhões por *dumping social* (a prática de desrespeito à legislação trabalhista local para reduzir os custos de produção). A sentença da Justiça obrigou a Vale a pagar as horas em que os trabalhadores se deslocam de suas moradias até as minas (horas "in itinere"). O tempo que um trabalhador levava para chegar ao trabalho o obrigava a ficar cerca de 13 horas à disposição da empresa, ainda que esta só lhe remunerasse por 6 horas de trabalho. Posteriormente a empresa fez um acordo na Justiça para pagar parte desse passivo.

A maior greve da história da Vale

A Vale usou a recente crise mundial como justificativa para reduzir salários, aumentar jornadas de trabalho, realizar demissões maciças e cortar benefícios e outros direitos adquiridos, o que provocou a maior greve da história do Canadá entre os anos de 2009 e 2010. Foram 11 meses de greve em Sudbury e Port Colborne, e 18 meses em Voisey's Bay.

EMISSÕES



Em 2010, a emissão total de material particulado pela Vale foi de 6,6 mil toneladas, registrando um aumento de 29% em relação a 2009. A emissão total de óxido de nitrogênio (NO_x), foi de 110 mil toneladas, registrando um aumento de 30% em relação ao ano anterior. A emissão total de óxidos de enxofre apurada em 2010 foi de 403 mil toneladas, aumento de cerca de 25% sobre o ano anterior.

A Vale afirma que “essas substâncias não têm efeito global e seus impactos na qualidade do ar ocorrem em função das concentrações e condições locais”. Mas os efeitos negativos sobre a saúde dos trabalhadores e da população que vive próxima a seus empreendimentos demonstram que o problema é muito grave.

Em Açailândia, no Maranhão, a unidade de produção de carvão vegetal da Vale, vendida em 2011, está situada ao lado de um assentamento de trabalhadores rurais que sofrem de forma intensa o impacto da fumaça gerada nos 70 fornos ali existentes, com relatos de graves doenças respiratórias. A empresa nunca reconheceu sua responsabilidade pelos problemas de saúde causados às pessoas daquela comunidade.

Na comunidade de Piquiá de Baixo, no município de Açailândia, no Maranhão, estão em operação atualmente cinco usinas siderúrgicas, das quais a Vale é única parceira. Atualmente, são produzidas nessa localidade cerca de 500 mil toneladas anuais de ferro-gusa. Pesquisas realizadas em 55% dos domicílios do Piquiá pelo Centro de Referências em

Doenças Infeciosas e Parasitárias da Universidade Federal do Maranhão e pelo Núcleo de Estudos em Medicina Tropical da Pré-Amazônia revelam que 41,1% da população se queixam de doenças nos pulmões e na pele. Os pesquisadores creditam essas doenças à alta poluição causada pelas cinco siderúrgicas, com emissão de fumaça e dejetos depositados no solo e na água da comunidade. A Vale se nega a reparar os danos causados a essas pessoas ou mesmo a arcar com o custo de reassentamento das famílias.

A Secretaria Estadual do Ambiente calculou que a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), siderúrgica da qual a Vale é sócia, elevará em 76% as emissões de gás carbônico (CO₂) na cidade do Rio de Janeiro e equivalerá a cerca de 14% do total de emissões de todo o estado¹. Se consideramos apenas as emissões industriais de CO₂ (excetuando emissões de veículos, entre outros), o volume a ser emitido pela TKCSA representa mais de 12 vezes o total de todo o município. Um estudo realizado pelo Instituto de Geociências da UFRJ, atesta um aumento de 600% na concentração média de partículas de ferro no ar na área de influência da TKCSA.

¹ <http://goo.gl/HLXLV>

Princípio desrespeitado

“Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.”

Pacto Global

“Aqui em casa temos sinusite, problema de garganta, dor na cabeça, problema de vista. O meu menino tem só 21 anos e já tem problema de vista, vive piscando, não consegue abrir o olho, não enxerga muito bem (...). O médico diz que a gente fica com o pulmão todo preto por dentro. A vizinha já bateu chapa e o médico disse para sair daqui o mais rápido possível (...) meu marido morreu tem quatro meses. Dois meses antes o médico examinou e disse que não tinha mais jeito, que o pulmão dele tava muito cheio.”

moradora vizinha a uma siderúrgica em Piquiá de Baixo²

² FIDH; Justiça Global; Justiça nos Trilhos. Brasil: Quanto Valem os Direitos Humanos? Os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e siderurgia em Açailândia. Maio de 2011: <http://goo.gl/79B7Q>



Fornos para produção de carvão vegetal que alimentam os fornos que produzem ferro-gusa para a Vale.
Crédito: Philippe Revelin



A VALE AFIRMA que pratica o correto armazenamento de resíduos.

No entanto, os resíduos produzidos pelas atividades da Vale são responsáveis por inúmeros episódios de destruição e contaminação ambiental e podem causar doenças nas pessoas que com eles entram em contato.

Em Nova Caledônia, pequeno arquipélago na Oceania, a Vale Inco tenta, desde 2006, implementar a mineração de níquel na mina de Goro, mas tem enfrentado forte oposição da população indígena local, os Kanak. Um dos principais focos dos protestos é a construção de um duto para despejar resíduos da atividade de mineração no mar, colocando em risco toda a barreira de corais que circunda o país, que possui uma das mais altas taxas de biodiversidade do mundo e um dos maiores sistema de lagoas do planeta. No Canadá, em Sandy Pond, a empresa vem sendo alvo de protestos por planejar transformar o lago da região em uma bacia de rejeitos com capacidade para 400 mil toneladas de dejetos.

No Canadá, a Vale é ré numa das maiores ações civis públicas por problemas ambientais da história do país. Em 2010, a empresa foi condenada a pagar cerca de 36 milhões de dólares canadenses em indenização para mais de sete mil moradores de Port Colborne, Província de Ontario. A decisão foi revertida recentemente, mas o caso ainda será apreciado pela Suprema Corte do Canadá.

Na localidade de Illapel, no Chile, um acidente no final de 2011 com um caminhão da Vale derrubou

7 mil litros de ácido sulfúrico

onde vivem

2 mil famílias



Selo da campanha **PARE TKCSA**: contra a Licença de Operação e pela compensação dos danos causados.

Princípio desrespeitado

“Facilitar e estimular a criação responsável de produtos, o uso, a reutilização, a reciclagem e o descarte de produtos.”

ICMM

Mina de Capão Xavier polui e coloca em risco quatro mananciais de abastecimento de água e está parcialmente dentro da Área de Proteção Especial (APE) da Mutuca.
Crédito: Amadeu Barbosa



GESTÃO DE TALENTOS



A VALE FALA das relações trabalhistas em termos de “gestão de talentos” e “capital humano”.

Mas essa não é a visão dos trabalhadores(as) da Vale no mundo

Com a chegada à presidência de Murilo Ferreira, houve a expectativa de um tratamento mais humano e menos tensionado com os trabalhadores. Mas, quando assumiu a presidência, Ferreira visitou as operações globais da Vale sem se encontrar com um único representante eleito dos trabalhadores, seja no Brasil, em Moçambique, Canadá ou Austrália. Em resposta às críticas, ele concedeu uma reunião com 14 presidentes de sindicatos do setor minerador no Brasil. Mas parece que a “nova” Vale é tão virulentamente anti-sindical como a anterior.



Trabalhadores em manifestação no Paraná.
Crédito: Sindiquímica

Princípios desrespeitados

“As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.”

“A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.”

“Eliminar a discriminação no emprego.”

Pacto Global

O mundo real da Vale não é sobre “gestão de talentos” ou “capital humano”. É um mundo de arrogância da gerência e exploração dos trabalhadores. Alguns exemplos:

- **No Canadá:** em vez de negociar respeitosamente com os sindicatos das recém adquiridas minas e fundidores, a Vale insistiu em concessões, ignorando as relações trabalhistas existentes no Canadá, provocando greves que duraram de 11 a 18 meses.
- **Ainda no Canadá, em Voisey's Bay:** o governo da província de Newfoundland abriu um inquérito industrial sobre os 18 meses de greve de 200 trabalhadores, em sua maioria indígenas, e culpou a Vale por falta de respeito à cultura e à prática canadense de negociação coletiva.
- **Em Moçambique:** ela convenceu enganosamente trabalhadores inexperientes a aceitarem um contrato de longo prazo com frágeis proteções.
- **Ainda em Moçambique, em Moatize:** um jovem operador de equipamentos pesados morreu após seu compactador sacudir bruscamente, deixando-o a girar por mais de duas horas sem resgate. O relatório da Vale culpa o trabalhador por supostamente não ter prendido bem o cinto de segurança, e alega que houve resposta ao acidente em sete minutos.
- **Sudbury e Thompson, Canadá:** quatro fatalidades no local de trabalho num período de sete meses. O relatório independente do sindicato USW 6500 sobre o óbito duplo mostra negligência culpável por parte da Vale.
- **Morowali, Indonésia:** moradores colocaram fogo no escritório da Vale em protesto contra o contrato de trabalho, que traz escassos benefícios e baixíssimos salários aos trabalhadores locais, apesar de várias reivindicações ao longo dos anos, que não foram atendidas.
- **Cateme, Moçambique:** em janeiro de 2012, a estrada de ferro que leva carvão para o porto de Beira foi bloqueada por moradores que perderam suas terras e moradias para a mina de carvão da Vale e que têm convivido com falsas promessas sobre empregos, compensações e sobre a viabilidade econômica da comunidade viável.
- **Mariana, Brasil:** a Vale tenta persuadir trabalhadores a desistir de ganhar ajuda de custo para as horas de deslocamento até o local de trabalho.
- **Tete, Moçambique:** a Vale leva promessas de criação de emprego no país, porém suas empresas terceirizadas construíram as minas utilizando trabalhadores das Filipinas e do Brasil, que ganharam menos que os trabalhadores moçambicanos.
- **Sudbury, Canadá:** a Vale conduz demissões arbitrárias e atrasa os procedimentos de arbitragem da autoridade trabalhista.
- **Araucária, Paraná:** em suas novas operações de fertilizantes, a empresa busca cortar salários e planos de saúde como pré-condição para sentar à mesa de negociação.

DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES



A VALE DIZ que compra de fornecedores locais e fortalece economicamente a região onde atua.

Mas não é isso que ocorre na realidade

No Brasil, as áreas operacionais da Vale estão em cidades que se tornaram dependentes da exploração de recursos naturais e/ou do processamento desses recursos, tornando-se economicamente vulneráveis. O domínio de um único agente econômico – no caso a Vale – cria uma espécie de paternalismo autoritário, onde a empresa dita os rumos da economia local de acordo com seus interesses.

A política da empresa de abandonar as minas menos rentáveis, e a exaustão progressiva dos recursos são motivos de preocupação para gestores municipais e diversos atores sociais do país. Estudos mostram a baixa diversificação econômica de cidades dependentes da mineração, como em Itabira, em Minas Gerais.

Apesar dos lucros, a Vale paga poucos impostos e é isenta de ICMS sobre exportação - “Lei Kandir” 1996. No Brasil, enquanto a indústria do petróleo paga 10% em *royalties* em média, a Vale paga 2% (estipulado pela Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, CFEM). Em 2010, enquanto a indústria do petróleo gerou uma arrecadação de R\$ 16 bilhões em *royalties*, a arrecadação do CFEM foi de apenas aprox. R\$ 1 bilhão de reais.

Segundo relatório da Procuradoria-Geral do Pará, a empresa usa intermediação com o objetivo de reduzir a base de cálculo dos *royalties* sobre suas exportações. Ela vende às controladas Vale Internacional e Vale Overseas, nas Ilhas Cayman e na Suíça, o minério a um preço abaixo do que é exportado efetivamente para o mercado europeu e asiático. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) contesta essa manobra utilizada pela empresa para reduzir o pagamento de *royalties*

A Vale já acumula uma dívida de aproximadamente R\$ 4 bilhões com o Estado brasileiro, e de aproximadamente R\$ 30 bilhões junto à Receita Federal sobre lucros obtidos no exterior. Ela chegou a ter seu nome incluído no cadastro de pessoas físicas e jurídicas em débito com a União. Sua autorização para a exploração do complexo mineral de Carajás chegou a ser suspensa por certo período.

Em Mendoza, na Argentina, a Vale não cumpriu o compromisso firmado com o governo local sobre contratação prioritária de trabalhadores e fornecedores da região. A empresa levou para

a Argentina as construtoras brasileiras Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez. O Banco do Brasil assumiu a folha de salários dos funcionários e o pagamento de fornecedores. Empresários locais e a Câmara Provincial de Deputados criticaram publicamente a Vale. O governo de Mendoza cobrou da empresa informes quinzenais sobre suas licitações e um plano de investimentos que garanta o cumprimento do acordo sobre contratação de 75% de mão de obra e fornecedores locais. No início de março de 2012 manifestantes impediram o trânsito dos ônibus que levavam trabalhadores da Vale para protestar contra o não cumprimento da criação de postos de trabalho para moradores locais.

O verdadeiro desenvolvimento local inclui a população do território no seu planejamento, atendendo suas necessidades e realizando seus diferentes potenciais.

Princípios desrespeitados

“Integrar as considerações de desenvolvimento sustentável dentro do processo decisório corporativo.”

“Contribuir para o desenvolvimento social, econômico e institucional das comunidades onde operamos.”

ICMM



Itabira e os danos irreversíveis deixados pela Vale.
Crédito: Philippe Revell



A VALE AFIRMA que protege ou ajuda a proteger mais de 10 mil km² de florestas.

Mas omite boa parte dos impactos negativos gerados por suas operações

Em 2011, a Justiça Federal condenou a Vale a pagar mensalmente entre 1 e 3 salários mínimos a 788 famílias quilombolas que residem na localidade de Jambuaçu, em Mojú (Pará). Entre os impactos, estão a remoção de roças, o assoreamento dos igarapés e a derrubada de pelo menos 150 castanheiras produtivas em virtude de suas atividades.

No Maranhão, a Vale vem impedindo que as comunidades tradicionais quilombolas em Itapecuru-Mirim tenham a propriedade coletiva de suas terras demarcadas pelo Estado brasileiro.

Na década de 1970, período em que começava a se instalar no Maranhão, a Vale criou um assentamento para receber moradores removidos do entorno da região conhecida como Boqueirão. Foram desapropriados três mil hectares. Contudo, a terra onde se instalou o assentamento era muito úmida e descontínua, o que obrigou a Vale a aterrar boa parte do terreno. No entanto, o aterro foi feito com matéria orgânica. Com o tempo esse material apodreceu, ocasionando o deslizamento do terreno e a criação de falhas. O resultado foi o desmoronamento de casas e ruas, cujo ápice se deu em 2009. Até o momento, a Vale só assistiu uma parte reduzida (54 das 118 famílias) dos moradores atingidos pelo deslizamento. E essa ajuda tem se dado apenas parcialmente, por meio do pagamento de aluguel social.

A Vale e o uso da terra em Moatize

O uso da terra em Moçambique é regulado pela Lei da Terra e é conferido através de obtenção do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (conhecido por DUAT). No Projeto de Moatize a Vale tem um DUAT de 23.780 hectares num período de 35 anos renováveis (contados a partir de junho de 2007). Com a obtenção deste DUAT, a Vale tornou-se um dos principais protagonistas do processo de expropriação, usurpação, aquisição, controle e partilha de terras em Moçambique. Foram expropriados de suas terras mais de 1.313 famílias rurais que atualmente estão em situação de riscos diversos. A Vale tem continuamente criado conflitos de terra e agravado a pobreza e a vulnerabilidade das comunidades rurais impactadas pelo seu projeto.

Princípio desrespeitado

“Contribuir com a preservação da biodiversidade e promover abordagens integradas de planejamento sobre o uso da terra.”
ICMM

Em matéria de 21 de setembro de 2011, o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou as suspeitas de um possível envolvimento da Vale em um processo de grilagem de terras no norte de Minas Gerais, nova fronteira da mineração no estado. A reportagem menciona “suposto esquema fraudulento de apropriação de terras públicas do Estado de Minas Gerais, ricas em minério de ferro”. Ainda segundo a matéria, “a Polícia Federal e os Ministérios Públicos Federal e Estadual querem saber as razões de a companhia [Vale] ter pago R\$ 41 milhões a supostos integrantes de uma quadrilha que fraudava títulos de terras públicas.”



Expediente

Realização

Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale

Em solidariedade

Transnational Institute

Programação visual

Eduardo Ferrão

Participam da articulação internacional dos Atingidos pela Vale

4 Cantos do Mundo, Agence Kanak de Development (Nova Caledônia), Agrupación Defensa Valle Chalinga (Chile), Asamblea Popular por el Agua (Argentina), Associação de Moradores de Chapada do A, Frente Defensa Cuenca Rio Cajamarquino (Peru), Centro de Integridade Pública (Moçambique), Comissão Pastoral da Terra, Fórum Carajás, Fórum em Defesa de Anchieta, FSP-KEP (Indonésia), GRUFIDES (Peru), Justiça Global, Justiça nos Trilhos, Jubileu Sul Américas, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento pelas Serras e Águas de Minas, Metabase Congonhas, OCMAL, PACS, Plataforma BNDES, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Sindimina-RJ, Sindiquímica-PR, SINTICIM (Moçambique), STEFEM, SP KEP Inco Soroako (Indonésia), United Steel Workers (Canadá), Justiça Ambiental (Moçambique), Mining Watch (Canadá), Movimento Xingu Vivo.

